

A Inclusão do Aluno Surdo: Um Estudo Sobre a Surdez na EJA

JOSIANE PERES GONÇALVES

THAÍS MAYARA SOARES GUIZOLFI DE OLIVEIRA

Resumo

Este estudo aborda uma temática da inclusão do Surdo na escola comum, tem o objetivo de investigar o processo de inclusão de pessoas surdas na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Naviraí / MS segundo a opinião dos principais envolvidos no processo, ou seja, professor, intérprete de Libras e alunos surdos. A pesquisa bibliográfica foi norteadada especialmente por autores como Quilles, Damázio, Gesser, além de documentos oficiais que regem o atendimento a pessoas com surdez. A pesquisa de campo, de natureza qualitativa, foi realizada em uma escola pública do município de Naviraí e os instrumentos utilizados foram observação e entrevistas a partir de questionário semiestruturado. Foram observadas as aulas de todos os professores que trabalhavam com a turma e as entrevistas foram realizadas com o professor regente, com o intérprete de Libras e com dois alunos surdos. Os resultados indicam que todos os participantes reconhecem que existem dificuldades em relação à inclusão dos alunos surdos, mas ainda assim concordam que deva haver a inclusão e acreditam que o que está sendo realizado contribui com o processo de formação desses alunos. O estudo sobre a temática torna-se relevante devido ao expressivo número de alunos surdos que necessitam de atendimento educacional especial, pessoas essas que devem ter seus direitos respeitados, serem olhadas não como deficientes, e sim como pessoas típicas que utilizam uma forma diferente de se comunicar. Esta pesquisa serve para que os pesquisadores e interessados na área possam refletir e, quem sabe, traçar novas formas de ensinar e, assim, contribuir ainda mais para uma inclusão de qualidade.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Surdez; Língua de Sinais; EJA

Introdução

Atualmente, muito se fala sobre a inclusão, mas, durante muito tempo, a sociedade deixou que fossem excluídas as pessoas que tivessem algum tipo de deficiência. Nesse sentido, o presente estudo busca discutir sobre as questões da inclusão escolar da pessoa com deficiência, dando ênfase para as pessoas surdas e as questões que as envolvem.

O interesse pela temática surgiu no curso de Pedagogia, mais especificamente nas disciplinas de Educação Especial e Libras, bem como durante a realização de cursos e pesquisas na área da educação especial, além de um curso básico sobre a língua de sinais. Entre tantas possibilidades, surgiu a necessidade de melhor compreender algumas questões que envolvem o processo de inclusão do aluno surdo em turmas de EJA.

Diante desse contexto, a problemática que norteia o presente estudo busca encontrar possíveis respostas para as seguintes indagações: – Como está ocorrendo a inclusão dos alunos surdos em turmas de EJA no município de Naviraí? – O que pensam os principais sujeitos do processo, ou seja, professor, intérprete de Libras e alunos surdos sobre a inclusão escolar de pessoas com surdez?

Assim, posto que o objetivo do presente estudo é investigar o processo de inclusão dos alunos surdos em uma turma de EJA de Naviraí segundo a opinião da professora regente, da intérprete de Libras e dos alunos surdos, o que se pretende é mostrar como está ocorrendo o processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo nessa modalidade de ensino e se a inclusão dessas pessoas surdas realmente está sendo eficaz, tendo em vista uma educação de qualidade.

Para atender aos objetivos propostos, além da pesquisa bibliográfica, foi realizada uma pesquisa de campo de natureza qualitativa em uma escola pública de Naviraí que tem alunos surdos matriculados na EJA. Foram utilizados, como instrumentos de coleta de dados, observações em sala de aula para analisar como ocorre o processo de ensino e aprendizagem do aluno

surdo, a relação professor/aluno, a forma de atuação da intérprete e o relacionamento dos colegas não surdos da sala de aula. Em seguida foram realizadas entrevistas com questionário semiestruturado com dois alunos surdos, com a professora regente e com a intérprete de Libras, para saber como esses docentes e alunos avaliam esse processo.

Os resultados apresentados com a realização desta pesquisa visam contribuir com professores, gestores, pais, intérpretes e demais pesquisadores que queiram entender sobre o processo de inclusão escolar de pessoas com surdez. Tendo em vista que os alunos surdos apresentam dificuldades de comunicação e que, mesmo existindo leis específicas (como a Lei Federal nº 10.436/2002 e o Decreto Presidencial nº 5.626/2005) que orientam sobre o atendimento necessário às pessoas surdas, sabe-se que somente a presença de um intérprete não é suficiente para uma inclusão de qualidade, visto que é necessária uma adequação curricular, didática e metodológica, bem como é importante o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras). O trabalho servirá de base para orientar reflexões e, quem sabe, contribuir para que o processo de educação inclusiva seja de qualidade.

Inclusão Escolar

O tema da *inclusão* está cada vez mais presente em nossa realidade. Ao pesquisar sobre esse tema na educação, observa-se que a Lei Federal nº 9.394/1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB ou LDBEN) possui um capítulo exclusivo para *educação especial*. Desse modo, cabe discutir os reais objetivos da *educação inclusiva*. O destaque reafirma o direito de uma educação pública de qualidade para as pessoas com deficiências, como também é exposto na Constituição Federal de 1988, em seu inciso III do artigo 208, intitulado “Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência”.

De acordo com Quilles (2010), a educação inclusiva é um processo de transformação escolar; é um repensar educacional que supõe reflexões

aprofundadas sobre desde a formação de professores, passando pela participação da comunidade escolar e chegando aos processos e às metodologias de ensino, relacionadas a todas as diferenças.

Strieder e Zimmermann (2013, p. 146) analisam que:

A inclusão exige uma mudança de mentalidade e de valores nos modos de vida e é algo mais profundo do que simples recomendações técnicas, como se fossem receitas. Requer complexas reflexões de toda a comunidade escolar e humana para admitir que o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade, presente numa comunidade humana.

Dessa forma, pode-se observar que “[...] inclusão não significa, simplesmente, matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica” (BRASIL, 1998). Para que o aprendizado desse aluno aconteça de maneira significativa, é preciso que escola, professor, família e demais alunos contribuam no processo de inclusão. Ao professor cabe adaptar os recursos didáticos de forma que os alunos consigam aprender e realmente ser incluídos dentro de um processo educacional.

Inclusão do surdo

Ao tratar da temática da inclusão do aluno surdo, Damázio (2007, p. 14) afirma que “A inclusão de pessoas com Surdez na escola comum requer que se busquem meios para beneficiar sua participação e aprendizagem, tanto na sala de aula como no Atendimento Educacional Especializado.” Acompanhando as ideias do autor, observa-se que a escola deve se aperfeiçoar para atender às necessidades, de forma que o aluno surdo seja sujeito ativo, e não um simples observador. Para que a inclusão tenha êxito, é importante que o aluno participe de tudo o que envolva a sala em que ele está inserido.

A inclusão não deve ocorrer apenas em parte da escolarização, mas, sim, durante toda vida escolar do aluno surdo, desde a educação infantil até o ensino superior, etc., garantindo uma efetiva aprendizagem. Nas palavras de Damázio (2007, p. 14):

A inclusão do aluno com surdez deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, garantindo-lhe, desde cedo, utilizar os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional e usufruir seus direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país.

Dessa forma, observa-se que, para existir uma efetiva inclusão, é necessário que haja uma reorganização escolar, e que toda a comunidade escolar esteja apta a receber esses alunos, respeitando suas diferenças e contribuindo para seu melhor desempenho.

Breve histórico da inclusão dos surdos

Acompanhando as ideias de Rodrigues (2012), até o século XV não existia nenhum interesse na educação das pessoas surdas, pois elas eram consideradas primitivas, incapazes de serem ensinadas e, por isso, não frequentavam escolas. O surdo começou a ser visto como sujeito de direitos educacionais apenas no início do século XVI, pois os religiosos da época mudaram o tratamento para com os diferentes. Os religiosos deixaram de olhá-los como impuros e deixaram de considerar a deficiência como um castigo de pecado que seus ancestrais teriam cometido ou que ele mesmo cometera. Somente no final da Idade Média é que a educação e a vida do surdo passaram a ganhar espaço na sociedade, surgindo, assim, os primeiros trabalhos para educar e integrar as crianças surdas à sociedade.

Segundo Rodrigues (2012), a história da educação de surdos no Brasil, iniciou-se com a criação do Instituto de Surdos-Mudos, que atualmente é o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Esse instituto foi fundado em 26 de setembro de 1857, pelo professor surdo francês Ernet Huet, que veio ao

»

Brasil, a convite do imperador D. Pedro II, especificamente para trabalhar na educação de surdos. No início, eram educados por linguagem escrita, articulada e falada, alfabeto manual (datilologia) e sinais. A leitura labial só era ensinada para aqueles que apresentassem aptidões para desenvolver a linguagem oral. Nesta época não havia profissionais especializados nessa área e o trabalho de oralização era feito por professores comuns. Dessa forma, aos poucos, foi sendo constituída, no Rio de Janeiro e, depois, em outras cidades brasileiras, uma institucionalização da educação dos surdos no Brasil.

No decorrer das décadas finais do século XIX e iniciais do século XX foi se constituindo essa institucionalização e, depois, somente em 1961 o atendimento educacional para as pessoas com deficiência passou a receber nova grande atenção, desta vez mediante a regulamentação promovida pela primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei Federal nº 4.024/1961). Essa lei perdurou por dez anos, vindo a ser alterada pela Lei Federal nº 5.692/1971, que definiu “tratamento especial” aos alunos com deficiências, mas ainda não promovia a organização de um ensino apto a atender às necessidades de todos e acabava reforçando o encaminhamento desses alunos para escolas especiais.

Aos poucos foram surgindo novos textos de legislação a fim de garantir direitos a essas pessoas. Em 1973, o Ministério da Educação (MEC) cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), a fim de gerenciar a educação especial no Brasil. Depois, em 1987, foi fundada a FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, no Rio de Janeiro. E, em 1988, entra em vigor a Constituição Federal (CF), lei maior que assim expressa os seus objetivos maiores:

- Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
 - II - garantir o desenvolvimento nacional;
 - III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988, p. 5).

Além disso, a Constituição Federal, em seu artigo 208, no inciso III, garante o “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, p. 35). Então isso tudo se refere à educação especial em geral.

Quanto aos brasileiros surdos, a primeira lei no Brasil referente ao acesso a Libras surgiu em Minas Gerais, mediante a Lei Estadual n.º 10.379, de 10 de janeiro de 1991. A referida lei serviu como exemplo para que os demais Estados brasileiros tomassem as devidas providências em relação ao assunto.

Em 1994, foi realizada uma Conferência Mundial sobre as necessidades educacionais especiais, na cidade de Salamanca - Espanha, onde foi elaborado um documento mundial considerado um dos mais importantes quanto à visão vigente sobre a educação especial. Trata-se dos Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais (BRASIL, 1994).

A partir daí passaram a surgir leis, diretrizes e regulamentos que regem o atendimento especializado a cada tipo de deficiência. Em 24 de abril de 2002, com a Lei Federal n.º 10.436, o então presidente Fernando Henrique Cardoso decretou o reconhecimento à Libras, reconhecendo-a como meio legal de comunicação e expressão dos surdos, tratando-se de um sistema linguístico de natureza visual-motora e com estrutura gramatical própria.

Por fim, entra em vigor o Decreto Presidencial n.º 5.626/2005, de 22 de dezembro de 2005, que propõe a inclusão do ensino de Libras como disciplina curricular, formação de professor e instrutor de Libras, o uso e a difusão da Libras e da língua portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação, formação do tradutor e intérprete da língua portuguesa, garantia do direito à educação e à saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva. O mesmo decreto regulamenta a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril e 2002, que dispõe

sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o artigo 18 da Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

A história da inclusão escolar das crianças e ou dos adolescentes com deficiência no Brasil vem, a cada dia, se fortalecendo mais. Na maioria dos casos, a integração do aluno com deficiência requer a presença de um professor que colabore dentro da sala de aula de modo que favoreça o progresso e a aprendizagem. Lacerda (2006, p. 175-176) aponta a ideia de que:

A questão das dificuldades de comunicação dos surdos é bastante conhecida, mas, na realidade brasileira, as leis (10.436, 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a língua de sinais brasileira, e, mais recentemente, o Decreto 5626/05, que regulamenta as leis 10.098/94 e 10.436/02 e orienta ações para o atendimento à pessoa surda) e este conhecimento não têm sido suficientes para propiciar que o aluno surdo, que frequente uma escola de ouvintes, seja acompanhado por um intérprete. Além disso, a presença do intérprete de língua de sinais não é suficiente para uma inclusão satisfatória, sendo necessária uma série de outras providências para que este aluno possa ser atendido adequadamente: adequação curricular, aspectos didáticos e metodológicos, conhecimentos sobre a surdez e sobre a língua de sinais, entre outros.

Enfim, observa-se que os governos vêm criando leis que regem o atendimento das pessoas com deficiências e, com isso, a sociedade acaba tendo que respeitar e direcionar o atendimento a essas pessoas. Sendo assim, percebe-se que, atualmente, as pessoas deficientes têm recebido um olhar diferenciado para que tenham uma melhor qualidade de vida, tal como proposto na legislação.

Características da pessoa surda - Tipos de surdez

Ao falar sobre a pessoa surda, sabe-se que há várias denominações para designar essas pessoas, algumas vezes por falta de conhecimento, ou até mesmo por preconceito, como, por exemplo, surdo-mudo, deficiente auditivo, mudinho, etc. Segundo Gesser (2009), as pessoas que não conhecem o assunto acreditam que o uso da palavra surdo pareça mais preconceituoso e

8

que o termo deficiente auditivo seja politicamente correto, o que é considerado um erro, pois a *surdez* e a *mudez* não são as mesmas deficiências, e, ainda, por meio de relatos deles próprios, os surdos preferem ser chamados de surdos, e não gostam de ser identificados como deficientes.

Segundo consta nos documentos denominado “Os Subsídios para Organização” e “Funcionamento de Serviços de Educação Especial - Área da Deficiência Auditiva”, de 1995, a surdez pode ser classificada assim: (i) *surdez leve*: caracterizada pela perda auditiva entre 26 a 40 decibéis (dB) do nível de audição, caso em que a pessoa pode apresentar dificuldade em ouvir sons fracos, como, por exemplo, o som do tique-taque do relógio, uma conversação silenciosa (cochicho), embora essas dificuldades não impeçam a aquisição da linguagem comum, porém a pessoa pode apresentar problemas articulatórios ou dificuldades na leitura e/ou escrita; (ii) *surdez moderada*: caracterizada pela perda auditiva entre 41 e 70 dB do nível de audição – com esse grau de perda auditiva a pessoa pode apresentar alguma dificuldade para ouvir uma voz fraca ou um canto de passarinho, tem dificuldades na percepção da palavra, sendo necessária uma certa intensidade na voz, caso em que a dificuldade se encontra em compreender termos e frases mais complexas, pois sua compreensão verbal está mais ligada à percepção visual das circunstâncias de determinada conversação (BRASIL, 1995); (iii) *surdez severa*: caracterizada pela perda auditiva entre 71 e 90 dB do nível de audição – com esse tipo de perda, a pessoa identifica ruídos, consegue perceber apenas sons fortes, assim, essa pessoa apresenta dificuldades na aquisição da linguagem, não conseguindo aprender a falar, chegando aos 4 ou 5 anos de idade sem aprender a falar; se, porém, a família for bem orientada pela área educacional, a criança poderá adquirir a linguagem comum, mas a compreensão verbal vai depender da capacidade de utilizar a percepção visual e de observar o contexto das situações (BRASIL, 1995); (iv) *surdez profunda*: caracterizada pela a perda auditiva acima de 90 dB – a gravidade dessa perda é muito grande e, nesse caso, a pessoa não consegue perceber e identificar sons que

»

permitam identificar a voz humana; assim, as pessoas com surdez profunda não conseguem adquirir naturalmente a linguagem oral (BRASIL, 1995)

Conhecer as características da surdez é fundamental, pois permite, aos familiares e às pessoas que se relacionam, ou até mesmo às pessoas que pretendem desenvolver algum tipo de trabalho pedagógico com surdos, a compreensão do fenômeno da surdez, aumentando sua possibilidade de atender às necessidades especiais constatadas.

Formação de professores e intérpretes para atender o aluno surdo

A Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Essa lei, em seu artigo 1º, reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico é de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, entre outras disposições sobre essa língua (BRASIL, 2002). Com o objetivo de regulamentar a referida lei, entrou em vigor, em dezembro de 2005, o Decreto Presidencial nº 5.626, que determina, em seu capítulo I, que pessoa surda é aquela que, por ter deficiência auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Libras (BRASIL, 2005).

No capítulo V do mesmo decreto, que trata da formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa, nos artigos 17 e 18 é garantido que:

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III. (BRASIL, 2005)

Desse modo, podemos observar que a legislação para atender o direito às pessoas surdas, orienta o trabalho do intérprete que deve ser dado por meio de cursos na área. De acordo com o Brasil (2004), intérprete “[...] é o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete. No Brasil, o intérprete deve dominar a língua brasileira de sinais e a língua portuguesa”.

O mesmo decreto citado anteriormente garante o direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, toda a pessoa surda ou com deficiência auditiva tem direito à educação bilíngue desde a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ou profissional, com docentes especializados nas diferentes áreas, assim como tradutores e intérpretes de Libras, sendo ainda assistidos em horários de turno contrário como complementação curricular e utilização de equipamentos e tecnologia de informação.

Sem dúvida, os surdos têm seus direitos assegurados pela legislação, não somente no setor educacional como também nos outros segmentos da sociedade. Cabe, então, a toda sociedade respeitar e contribuir para que os surdos não sejam excluídos por terem em si uma forma própria de se comunicar.

Metodologia

Para atender aos objetivos propostos, além da pesquisa bibliográfica foi realizada uma pesquisa de campo de natureza qualitativa em uma escola do municipal de Naviraí, que tem alunos surdos frequentando turmas de EJA. Convém mencionar que a pesquisa qualitativa é aquela que busca entender um fenômeno específico em profundidade e trabalha com descrições,

comparações e interpretações dos dados coletados. A expressão “pesquisa qualitativa” compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados (NEVES, 1996).

A coleta de dados foi realizada em uma sala da 2ª fase da EJA (correspondente ao 3º, 4º e 5º ano do Ensino Fundamental) e alguns dos alunos ainda não estavam alfabetizados. Com isso, a professora regente tinha que trabalhar com metodologias diferenciadas, pois muitos deles não acompanhavam as atividades para a fase em que estavam matriculados. Na sala havia 36 alunos, sendo 3 deles surdos e, na mesma turma, também atuava o intérprete, além de uma professora itinerante para outros alunos com necessidades educacionais especiais, diagnosticados como deficiente intelectual. Vale ressaltar que, no município de Naviraí, professor itinerante é entendido como aquele que atua como mediador de aprendizagem do aluno especial, acompanhando e buscando alternativas para a aprendizagem desses alunos que têm algum tipo de deficiência e que frequentam o ensino regular.

Quanto à escolha da turma para a realização da pesquisa, foi feito primeiramente um levantamento para identificar quais as turmas de EJA no município de Naviraí / MS que tinha alunos surdos frequentando as aulas, sendo então constatado que esta era a única alternativa. Havia alunos surdos matriculados em turmas do ensino regular, porém, em se tratando de EJA, só havia uma possibilidade, sendo então feito contato com a escola para que fosse permitida a realização da pesquisa sobre a inclusão de alunos surdos nessa modalidade de ensino.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram observações e entrevista com questionário semiestruturado. Para Ludke e André (1986), a observação e a entrevista representam um dos instrumentos básicos e de grande importância para a coleta de dados. Eles assim argumentam:

Usada como o principal método de investigação ou associada a outras técnicas de coleta de dados, a

observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que apresenta uma série de vantagens. Em primeiro lugar, a experiência direta é, sem dúvida, o melhor teste de verificação da ocorrência de um determinado fenômeno, (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 26).

Durante as observações, houve a necessidade de acompanhar as aulas de todos os docentes da turma que eram três: a professora regente, professor de Educação Física e a professora de Artes. Nesse contexto, foi observado como está sendo o processo de inclusão escolar do Surdo, como é a relação dele com os professores, com o intérprete e com os colegas de sala. Assim, entende-se que a observação foi fundamental para que a pesquisa conseguisse alcançar os resultados esperados de maneira satisfatória, uma vez que foi possível verificar como realmente acontece o processo de inclusão do aluno surdo, se ele realmente participa das aulas, ou é considerado apenas um mero objeto em sala.

As entrevistas com o questionário previamente elaborado foram realizadas com quatro pessoas: a professora regente, o intérprete e dois alunos surdos que já eram alfabetizados. Devido à dificuldade de coletar os dados com um dos três alunos surdos da escola (com o que não era alfabetizado), foi feita a opção por priorizar apenas os outros dois alunos. A entrevista com a professora foi realizada na escola, em seu período de hora-atividade, e com o intérprete foi no intervalo, pois ele precisava acompanhar os alunos durante todas as aulas. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, para posterior análise.

A entrevista com os alunos surdos foi marcada fora do ambiente escolar, sendo eles entrevistados pela pesquisadora e uma intérprete, não o mesmo que os acompanhava em sala de aula, mas uma pessoa conhecida dos alunos. A referida intérprete era formada em Letras Libras e tinha contato periódico com esses alunos e foi uma forma de manter a neutralidade, já que o intérprete da sala de aula era também um dos sujeitos que fez parte da

presente pesquisa. A entrevista foi filmada para garantir a transcrição mais correta das falas.

Por fim, os dados coletados por meio de observações ou das entrevistas foram sistematizados para então serem analisados, resultando na produção de novos conhecimentos sobre a inclusão de alunos surdos em turmas de EJA.

Resultados e Discussão

Para a organização dos resultados, primeiramente são apresentadas as experiências obtidas durante as observações em sala de aula, sendo analisadas tanto a problemática inerente à inclusão educacional, quanto a inclusão dos alunos surdos em turmas de EJA; em seguida são apresentados os dados de entrevistas realizadas com a professora regente e o intérprete. Finalmente apresentam-se os resultados obtidos mediante a realização das entrevistas com os alunos surdos.

Resultados Relativos às Observações em Sala de Aula

Primeiramente foram feitas observações em sala durante as aulas de todos os professores da turma do EJA pesquisada. A partir da experiência dessas observações foi possível verificar que não se trata de uma realidade muito comum, uma vez que existem algumas especificidades que tornam ainda mais complexas as atividades desenvolvidas pelos professores. Entre as principais características ou desafios da referida turma, destacam-se:

– Nível de Aprendizagem: Embora se tratasse de uma turma de 2ª fase de EJA (que corresponde ao 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental), alguns alunos ainda não estavam alfabetizados. Dessa forma, não acompanhavam as atividades aplicadas para essa fase e, por esse motivo, a professora regente propunha conteúdos e atividades diferenciadas a esses dois grupos de alunos.

– Faixa Etária: Por tratar-se de turma de EJA, a idade dos alunos variava entre 18 e 56 anos, tornando-se um desafio ainda maior ensinar a um

grupo tão diversificado. Tal argumento se justifica porque os assuntos de interesse das pessoas de 18 anos podem não ser interessantes para quem se aproxima dos 60 anos. Ao mesmo tempo, as experiências diferenciadas podem contribuir para a evolução de todos, porém para os professores não é tão simples no momento de planejar as atividades educativas.

– Alunos com Deficiência Intelectual: Existiam, na turma, dois alunos diagnosticados com algum tipo de deficiência intelectual, sendo que um deles tinha o acompanhamento de uma professora itinerante e que ficava na sala o tempo todo para auxiliá-lo, mas o outro não tinha esse acompanhamento de um profissional, razão por que os professores é que tinham que fazer o atendimento específico para esse aluno.

– Alunos Surdos: Na sala de aula também havia três alunos surdos, que eram acompanhados por um intérprete de Libras. Um deles, porém, tinha que realizar atividades diferenciadas dos outros dois, porque não era alfabetizado na língua portuguesa e o intérprete e professores tinham que desenvolver um trabalho diferenciado com esses três alunos surdos.

– Presença Constante do Intérprete e Professor Itinerante: Além de todas as especificidades mencionadas, relativas ao nível de aprendizagem, a faixa etária, a alunos com dificuldades intelectuais e auditivas, o tempo todo estavam presentes nas aulas dois outros profissionais que auxiliavam apenas as especificidades de um grupo ou de um único aluno. No caso do intérprete, os professores precisavam interagir o tempo todo para saber se os alunos surdos estavam aprendendo, ou seja, mais um tipo de exigência para os profissionais da educação que trabalham em alguma turma de inclusão.

É interessante destacar que, quando se pensa em inclusão, é comum imaginar um aluno com deficiência matriculado em uma turma, ou em uma escola de alunos típicos. O que ocorre, porém, no caso de uma sala de aula que tenha mais de um tipo de necessidades educacionais especiais, em que mais de um aluno precisa de atendimentos específicos? É o que ocorria nessa turma de EJA, em que os professores precisavam planejar atividades

educativas procurando atender a todas as realidades, tendo que flexibilizar os conteúdos, tornando-se essa realidade um grande desafio para os educadores.

Diante de tal complexidade, foi possível perceber que os professores têm conseguido trabalhar e contribuir para a aprendizagem de seus alunos, porém pode-se constatar também que o processo de inclusão está longe do desejado, se forem consideradas as condições e a qualidade do ensino. Numa escola com uma única turma de cada fase, ocorre que essa turma tem que acolher todos os alunos, não importando as suas diferentes necessidades. E trabalhar considerando os fatores de idade, deficiências, nível de aprendizagem, como acontece na turma de EJA pesquisada, é bem mais complexo do que em outras turmas mais homogêneas, especialmente em relação à faixa etária.

A educação inclusiva e a atenção à diversidade demandam uma maior competência profissional dos professores e projetos educativos mais amplos e diversificados que possam adaptar-se às distintas necessidades de todos os alunos. Implica uma maior flexibilidade e diversificação da oferta educativa que assegurem que todos os alunos obtenham as competências básicas, estabelecidas no currículo escolar, por meio de diferentes propostas e alternativas quanto às situações de aprendizagem, horários, materiais e estratégias de ensino. (BRASIL, 2005, p. 10).

Diante das exigências educacionais da atualidade, não é qualquer pessoa que tem condições de ser professor, e os desafios são ainda maiores quando se trata de situações tão específicas quanto à realidade investigada. Assim, a afirmação de que “a educação inclusiva e a atenção à diversidade demandam uma maior competência profissional dos professores” faz muito sentido, porque, sem formação, sem conhecimento, sem habilidade para trabalhar com a diversidade, sem essas competências não é possível desenvolver um trabalho que contribua para a formação dos alunos. E, apesar da complexidade da sala de aula, os professores demonstraram que conhecem

bem essa realidade e tentam se planejar de forma a atender, ao máximo possível, às especificidades de toda a turma de EJA.

Em relação aos alunos surdos, é importante mencionar que um deles ainda não era alfabetizado. Tinha ele 18 anos de idade, sempre morou em Naviraí, porém apresentava muita dificuldade em aprender. As atividades propostas para esse aluno eram diferentes das dos outros dois, que eram irmãos, um com 36 e outro com 43 anos. Esses irmãos relataram, durante a entrevista, que não tiveram oportunidade de estudar quando crianças, pois o estudo era muito difícil na cidade onde moravam, que não havia intérprete para mediar à comunicação e que, por isso, não frequentaram a escola.

Esses fatos evidenciam que, realmente, até pouco tempo atrás, as pessoas surdas acabavam excluídas da sociedade, não havendo um tratamento adequado que servisse para incluí-las. Observa-se que a inclusão do surdo no Brasil começa a acontecer, generalizadamente, em 1991, quando surge a primeira Lei referente ao acesso à Libras (BRASIL, 1991). Mesmo assim, porém, somente em 2005, após entrar em vigor o Decreto Presidencial nº 5.626 (BRASIL, 2005), a população passa a ter um olhar diferenciado às necessidades das pessoas com surdez.

Quanto aos professores que atuavam com a turma, mediante da coleta de dados foi constatado que a professora regente tinha 38 anos de idade, era formada em Pedagogia, com pós-graduação em Educação Infantil e Séries Iniciais, Educação Especial, Psicopedagogia; a professora de Artes tinha 45 anos de idade e formação em Letras; o docente de Educação Física tinha 46 anos de idade e formação em Educação Física.

Por meio das observações, constatou-se que as aulas da professora regente seguiam uma rotina segundo a qual ela entrava na sala de aula, dialogava com os alunos, olhava os cadernos e procurava corrigi-los durante a aula, e caminhava pela sala para ver se estavam acompanhando. Foi possível notar que os alunos a tratavam não apenas como professora, mas como uma amiga, visto que o carinho era visivelmente evidenciado por parte dos alunos e,

principalmente, pelos alunos especiais. Ao chegar, elas abraçam a professora e, depois da aula, se despediam com abraços e beijos. Provavelmente agiam dessa forma porque gostavam da professora e tinham contato diário com ela, diferentemente dos outros dois, que tinham somente duas aulas por semana.

Nas aulas de Artes, notou-se que os conteúdos eram considerados simples por parte dos alunos, sendo primeiramente passado na lousa a teoria para que copiassem. Em seguida, a docente fazia a leitura explicativa do conteúdo e entregava a atividade impressa de pintura e desenho. Durante as aulas observadas, as atividades propostas foram sobre cores quentes e cores frias e, enquanto eram realizadas pelos alunos, notou-se que a professora observava a sala de aula para esclarecimento de possíveis dúvidas.

Nas aulas de Educação Física evidenciou-se a falta de interesse por parte dos alunos em participar das atividades, inclusive os alunos surdos não gostavam, pois, segundo eles “eram coisas de crianças”, e não considerava as aulas produtivas para eles. As atividades, em geral, eram brincadeiras livres e orientadas. Ainda assim, o professor de Educação Física, durante as brincadeiras orientadas, se preocupava em verificar se os alunos surdos estavam entendendo a brincadeira.

Esses resultados levam a refletir sobre o papel do professor frente à inclusão, tendo em vista que é um desafio pôr em prática uma metodologia capaz de atender a todas as necessidades dos alunos. Os cursos de Pedagogia, na atualidade, possibilitam, ao profissional em fase de formação, várias reflexões acerca das diferenças e, a partir de 2005, com o acima mencionado Decreto Presidencial nº 5.626, tornou-se obrigatória a disciplina de Libras, incluída não somente nesse curso de graduação, mas em todas as licenciaturas. Durante o período de observação foi possível notar que a professora regente demonstra conseguir fazer com que seus alunos aprendam e gostem do seu trabalho.

Nos intervalos, os alunos surdos costumavam ficar sempre os três em grupos conversando entre eles, alguns alunos se aproximavam e tentavam um

contato gestual, sem ter muito sucesso porque o restante da turma não sabia Libras. Assim, a interação dos demais colegas da sala com os alunos surdos se mantinha durante a presença do intérprete. Já os alunos com deficiência intelectual tinham maior facilidade para interagir com os alunos ouvintes, devido à comunicação verbal. Notou-se que eles conversavam entre si, faziam brincadeiras, etc.

Nesse sentido, pode-se dizer que tanto os alunos típicos da sala, quanto os que apresentavam deficiência intelectual ou surdez, demonstraram que estão bem adaptados com o processo de inclusão, sendo que não se percebeu nenhuma forma de exclusão por parte dos colegas de turma. Para Silvestre (2007, p. 73):

A socialização remete a outros conteúdos da comunicação, afetivos e emocionais, que devem ser cuidados de maneira muito especial na escola inclusiva. O professorado deve propiciar atividades voltadas a eliminar as possíveis barreiras entre os alunos.

Em conversa informal com três alunos ouvintes da sala, foi **perguntado se sabem Libras e o que pensam a respeito**. Por meio das respostas, notou-se que nenhum deles sabe. Dois alunos disseram que acham “legal”, mas “muito difícil”. Ao serem questionados como é a relação da turma com os alunos surdos, um dos alunos acrescentou que todos conversam com ajuda do intérprete.

Após a observação, pode-se destacar que a presença do intérprete é de suma importância para que haja a comunicação entre professor/aluno, aluno/professor, aluno/aluno, contribuindo para facilitar o processo de interação e, conseqüentemente, de inclusão dos alunos surdos no âmbito escolar.

Entrevista com a Professora Regente

Durante a entrevista com a professora regente foi possível constatar que ela tem experiência em trabalhar com alunos surdos, porque já trabalhou anteriormente com outras crianças que eram surdas. Talvez seja esse o motivo

da perspectiva otimista que ela demonstra em relação à inclusão educacional, conforme aparece no seguinte relato da professora: “[...] *a inclusão, ela tá no auge agora e vejo também que os alunos ouvintes aceitaram muito bem os alunos surdos. Nossa! É aquela troca de experiências entre eles, os alunos surdos já deram sinais de Libras pra cada um dos alunos, eles veem, eles conversam, eles procuram interagir normalmente, sem dificuldade alguma entre eles*”.

Outro aspecto importante com relação à inclusão, que também foi mencionado pela professora, diz respeito à aceitação por parte dos outros alunos, deixando claro que não é só o aluno com deficiência que deve interagir com a escola e aprender a viver em sociedade. O contrário também deve ocorrer, ou seja, os demais alunos e a sociedade em geral também devem aprender a conviver com as pessoas com deficiência ou diversidade, tanto na escola quanto em outros contextos sociais. Nesse sentido, Silvestre (2007, p. 74) considera que:

O objetivo principal da integração escolar do aluno surdo é fazê-lo participar plenamente da vida e das atividades do centro escolar, no âmbito de uma escola realmente inclusiva na qual o professorado tenha altas expectativas com relação a todos os alunos, inclusive, obviamente, os surdos.

A Libras existe com o objetivo de facilitar a comunicação da pessoa surda, dessa forma, quando a professora diz que “*os alunos surdos já deram sinais de Libras para cada um dos alunos*”, isso mostra que existe um contato direto aluno e aluno. E evidencia a preocupação da professora em relação aos seus alunos.

Em relação à aprendizagem do aluno surdo, a professora regente assim enfatiza: “[...] *vejo a aprendizagem através da expressão facial deles, eles usam muito a expressão facial. Às vezes estou explicando algum conteúdo e, olhando pra eles, eu penso “Ah, eles não estão entendendo”, porque eles fecham o olhar. Às vezes eu explico um outro conteúdo e vejo que eles entendem, que eles põem a mão na cabeça ou apontam com o dedo: “Ah,*

entendi”. Daí eu já fico super feliz, consegui atingir o meu objetivo! E também eu sou muito parceira do meu professor de Libras, o professor intérprete, estou sempre procurando saber como eles estão, se estão bem, se estão entendendo; Eu e ele (intérprete) nos damos muito bem e sempre trocamos experiências”.

É interessante destacar que, durante as observações, notou-se que realmente há essa preocupação por parte da professora, que sempre pergunta ao intérprete se os alunos estão entendendo. E, mediante a experiência que a professora relatou ter com aluno surdo, demonstra ter desenvolvido em si uma habilidade de perceber se está havendo o entendimento por meio das expressões faciais e de sinais que os alunos fazem. É importante ela ter essa percepção para redirecionar a metodologia de acordo com as necessidades dos alunos.

Quanto às dificuldades encontradas, a professora reconhece que “[...] são muitas, pois a sala da EJA é bem diversificada, tem jovens, tem adultos e, além de ter os três que são surdos, tenho dois que são alunos portadores de deficiências intelectuais”. Ou seja, não se trata de um trabalho fácil, mas, se é esse o desafio, é esse que precisa ser assumido com responsabilidade”. Em outro momento a professora menciona que são muitas pessoas diferentes na sala, que, além dos alunos, lá estão também o intérprete e professora itinerante. Apesar de tal complexidade, a professora demonstra ter conseguido trabalhar de forma a atender a toda a turma, mesmo tendo um planejamento único para todos. Talvez o que tenha contribuído para a aprendizagem dos alunos seja a interação durante a aula, em que eles costumam questionar para sanar as dúvidas, sendo então cada questão explicada várias vezes e de acordo com a necessidade da turma.

Quando questionada sobre como acredita que tem contribuído com a formação do aluno surdo, a professora regente afirma: “[...] eu tenho contribuído em trabalhar com esse aluno surdo de maneira bem visual, procuro fazer aulas com slides, eu procuro estar levando esse aluno na sala de

tecnologia, pra que eles possam fazer pesquisas, pesquisas digitadas, que eles possam estar vendo mesmo. Então eu procuro sempre estar trabalhando com cartazes e, assim, tento fazer o melhor pra que meu aluno cresça e avance”.

A professora regente demonstra que tem uma preocupação com a aprendizagem de todos os seus alunos. Ela não conhece ainda os sinais da Libras, porém sabe da importância do trabalho visual para os surdos, o que se torna um aspecto positivo. Ao comentar sobre a interação por parte dos alunos, ela acaba se contradizendo, pois disse, em relação aos surdos, que “os alunos ouvintes procuram interagir normalmente sem dificuldade alguma entre eles”. Sabe-se, porém, que as dificuldades existem, sim, pois os alunos ouvintes não conhecem a língua de sinais e vice-versa (ou seja, os surdos têm dificuldades com a língua portuguesa).

Quando ela se refere às expressões não manuais dos alunos surdos, ela demonstra conhecer os discentes, uma vez que o surdo é muito expressivo e, por meio do seu olhar, é possível saber se está entendendo ou não o que está sendo comunicado. Para Damázio (2007), a inclusão dos alunos surdos na escola requer que se busquem formas diferenciadas para melhor contribuir com a sua participação e aprendizagem. Assim, a professora regente tem buscado meios para contribuir para o aprendizado de seus alunos.

Entrevista com o intérprete

O intérprete relatou ser formado em Pedagogia e cursos na área de Libras. Quando questionado se já trabalhou com aluno surdo anteriormente, ele assim afirma: “*Sim, quando estava fazendo a faculdade, durante o curso em 2002, fui trabalhando junto com eles, onde fui aprendendo como lidar com o surdo, interpretar e, depois disso, venho trabalhando já até o dia de hoje, desde o 1º ano até o 9º ano, que é onde eu tô trabalhando atualmente”.*

O intérprete acredita que a inclusão está acontecendo de maneira positiva e comenta que a sala de aula interage bem com os alunos surdos dentro e fora do ambiente escolar. Ao ser questionado sobre como vê a

aprendizagem do aluno surdo, ele apresenta a seguinte resposta: *“Bom! Na minha opinião ela é muito limitada. Por quê? A partir do momento que a professora passa um 100% da sua explicação, cada um recebe mais ou menos 80% de aprendizagem. No caso do intérprete, no caso eu, é o mesmo procedimento, eu entendo 80%, mas na hora de repassar para o surdo, infelizmente, a gente acaba passando só 50%. Então fica bem assim, limitada essa questão da aprendizagem, tanto pela questão das próprias palavras, que eles também às vezes não conhecem, a gente acaba tendo que trocar às vezes a palavra, de uma palavra nova por uma palavra já conhecida deles mesmo”*.

Tal relato evidencia que, nesse processo de interpretação, jamais o aluno vai saber exatamente o que a professora quis dizer, por já haver a interpretação e mediação de uma outra pessoa, ou seja, o intérprete. Isso significa que a aprendizagem para o aluno surdo pode ser mais demorada, tanto por depender da interpretação, quanto por ser mais difícil assimilar exatamente o que a professora explicou.

Apesar de tal resposta parecer confusa, ela passa a ter outro significado ao se considerar o processo de construção do conhecimento, em que cada pessoa é entendida como sujeito ativo, que, portanto, interpreta o que está sendo aprendido de acordo com as suas experiências anteriores. Nesse sentido, Werneck (2006, p. 182) enfatiza que, embora “[...] todo conhecimento seja elaborado de modo pessoal e peculiar, embora seja verdade que cada um vivencia e interpreta a realidade a seu modo e do seu ponto de vista, ou há uma intersubjetividade e uma possibilidade de comunicação ou o conhecimento torna-se impossível”.

O intérprete também foi questionado sobre a sua experiência em trabalhar com os alunos surdos e as dificuldades encontradas, ao que apontou que a experiência estava sendo muito gratificante, pois gosta do que faz e, por meio do serviço, está sempre aprendendo com os alunos surdos e ajudando na socialização deles na sala de aula, na comunidade e também na igreja.

Quanto às dificuldades, ele disse: *“Realmente tem a questão das palavras, que muitas vezes ele (surdo) não conhece que, no nosso dia a dia, a gente acaba usando, que pra nós é normal, pra eles não seria normal a palavra. E, às vezes, você tem que investigar uma outra palavra que é mais aceitável pra ele”*.

Foi também solicitado que ele explicasse sobre a sua experiência com diversos professores e em diversas disciplinas. Ele afirmou que a experiência está sendo ótima e acrescenta que: *“[...] cada professor você tem um interesse de estar tentando ajudar, facilitando o meu trabalho pra que e possa passar também para surdo, que cada vez que o professor ajuda o intérprete, o intérprete tem mais facilidade pra trabalhar também com os alunos também. Então eu vejo assim, tá sendo muito positivo! Tem algumas coisas que, às vezes, a gente precisa melhorar, mas isso, a inclusão começou agora, então vai de cada um. A gente vai aprendendo também no decorrer do tempo, tanto pela questão do intérprete, a gente acaba tendo que fazer mais cursos, aprendendo mais sobre a Libras também e também pelos professores. Então, cada um tá fazendo a sua parte e tá sendo legal também o desenvolvimento de cada um”*.

Foi questionado sobre o que poderia ser feito para facilitar o processo de aprendizagem do aluno surdo. O intérprete apontou que, para facilitar mais a questão da aprendizagem, deveria haver mais de recursos didático-pedagógicos disponíveis. Acrescentou que, atualmente, se fala muito da inclusão, mas, para que uma inclusão escolar de fato venha a mesma acontecer, os profissionais têm que dominar os recursos.

O intérprete, quando falou sobre a aprendizagem do surdo, apontou uma série de dificuldades e, quanto aos recursos, disse: *“Hoje, infelizmente, nas escolas, o governo, não investiu nessa questão ainda. Embora no caso do surdo ele tem mais a memorização, que ele usa pra poder assimilar bem as palavras, no caso ele faz isso com o visual, então, se o professor trabalhar mais a questão dos slides, com vídeo legendado, isso tudo já vai ajudando no*

desenvolvimento e na aprendizagem dele. Mas infelizmente hoje a maioria das tecnologias, embora seja bem desenvolvida, ainda não tem tanto recurso visual pra gente trabalhar com o surdo ou, às vezes, pode acontecer também da aula do professor não ter como ele trabalhar aquele slide ou alguma coisa diferente. Mas assim, na minha opinião, está funcionando, mas tem muita coisa ainda pra começar desenvolver”.

Quando fala das dificuldades, o intérprete aponta a questão da precariedade dos recursos didáticos disponíveis nas escolas e sobre a qualidade dos investimentos dos governos. Realmente essa é uma questão a ser pensada, pois, muitas vezes, o professor quer realizar a aula com uma dinâmica diferenciada para atender o aluno surdo, mas chega à escola e se apercebe de que não há recursos disponíveis. Por exemplo, quanto a multimídia, geralmente há apenas um ou dois aparelhos para atender toda a escola, o que leva a transtornos de planejamento e a dificuldades de ter um material acessível nas ocasiões certas.

Mesmo com todas as dificuldades encontradas, o intérprete ainda tem um olhar otimista, valoriza o que está sendo feito, mesmo sabendo que muita coisa pode melhorar nesse processo de inclusão. Acredita que tem contribuído para a formação do aluno surdo e diz que está sempre estudando mais a Libras, aprendendo novos sinais para desenvolver um bom trabalho com os alunos. Disse ainda que *“[...] a cada dia a gente está em constante desenvolvimento, todo dia a gente tem que aprender mais sobre a Libras. No meu caso, depende de mim estar sempre estudando mais, ter mais conhecimento pra fazer um melhor trabalho com eles”.*

Considera-se importante que o profissional tenha essa visão, esse desejo de melhorar, pois, quando se dispõe de profissionais interessados, o trabalho fica muito mais produtivo. Mesmo com as dificuldades encontradas no dia a dia das escolas, é possível perceber a preocupação em dar o melhor de si. Conforme é exposto no já mencionado Decreto Presidencial nº 5.626, sobre

a formação de tradutor e intérprete, é possível analisar que o intérprete desses alunos está apto a atuar nessa área.

Entrevista com os Alunos surdos

Antes de apresentar os resultados das entrevistas com os alunos surdos é importante destacar sobre a dificuldade e o cuidado que deve haver para fazer a coleta de dados. Primeiramente as perguntas são direcionadas ao intérprete, que transmite a mensagem ao surdo. Depois o surdo responde para o intérprete e, posteriormente, o intérprete transmite a resposta ao pesquisador. Cabe também lembrar que as entrevistas foram filmadas para melhor qualidade na verificação dos dados. As respostas dos alunos foram curtas, claras e objetivas. Para preservar a identidade deles, foram denominados por dois nomes fictícios: Marcos e Paulo.

A primeira pergunta refere-se ao motivo pelo qual eles estudam na EJA. Tanto Marcos quanto o Paulo responderam que é para reduzir o tempo de estudo. Paulo explicou ainda que, quando morava no Paraná, não tinha intérprete e era muito difícil.

Em relação ao que pensam sobre a inclusão escolar do surdo, Marcos disse: *“Inclusão importante, existir interação”*. Para Paulo: *“Surdo não deve ficar separado, inclusão precisa acontecer, ajuda do intérprete acontece interação aluno surdo, aluno ouvinte, professor”*.

Vale ressaltar que a Libras tem uma gramática diferenciada do português, o que torna para os ouvintes (falantes da língua oral) um pouco mais complexo o entendimento da fala do surdo. Para o ouvinte, a Libras aparece como palavras soltas, sem ligação entre elas, porém a linguagem do surdo é interpretada de acordo com o contexto do diálogo. Sendo assim, a presença da intérprete durante a realização das entrevistas foi fundamental para facilitar o entendimento.

Foi questionado se acreditam que é melhor estudar em uma sala do ensino regular ou especial. Os dois alunos responderam que a inclusão precisa

acontecer, pois, conforme o relato de Paulo, “*Alunos ouvintes e surdos devem ficar juntos, é melhor*”.

Sabendo que o principal interessado no processo de inclusão é o aluno, este estudo busca identificar a opinião dos próprios sujeitos, ou seja, os alunos surdos. Em geral, são professores, familiares, estudiosos, etc. que decidem por eles sobre o que é melhor, sem ao menos buscar a opinião dos principais interessados. Entende-se que é importante saber se as pessoas com deficiência ou, no caso desta pesquisa, se os alunos surdos preferem a inclusão ou gostariam de estudar em turmas separadas. Os dois alunos com surdez entrevistados preferem a inclusão, provavelmente porque são bem recebidos pelos professores e pelos demais colegas de sala.

Quanto à opinião dos surdos em relação ao processo de aprendizagem, Marcos assim considera: “*Matemática fácil, Português muito difícil*”. Também Paulo concorda com essa ideia, ao relatar: “*Para ouvinte, Português fácil, significado palavras; surdo Matemática mais fácil, ter poucas regras*”.

Os dois alunos deixaram claro que, para o surdo, a língua portuguesa é muito mais difícil. Para eles, as disciplinas exatas são mais simples e isso os diferencia dos alunos ouvintes. Os alunos ouvintes, a grande maioria deles, têm mais dificuldades com os cálculos.

Ao comparar a situação dos alunos ouvintes com a dos surdos, percebe-se que os segundos encontram-se numa posição bastante inferiorizada, pois, além de sofrerem as mesmas limitações a que são submetidos os ouvintes, é-lhes negada uma educação na sua língua natural (a língua de sinais). Em lugar dela, é oferecida uma língua estranha, no nosso caso o português, na modalidade oral e/ou escrita e, até mesmo, na gestual. (DORZIAT e FIGUEIREDO, 2013, p. 5).

Em relação ao que pode ser melhorado para facilitar o aprendizado, Marcos diz que, “*Na minha opinião, os métodos e estratégias estão boas, não precisam melhorar nada*”. Paulo aponta que “*A professora usa estratégias para aprendermos juntos, tanto surdo como ouvinte, isso é muito bom*”.

Também, foi feito o seguinte questionamento: Como tem sido sua experiência nesta turma, com diversos professores e disciplinas diferentes? Marcos relata: “*Professora (regente) muito boa, mas professores Artes, Educação Física, bons também!*” Já Paulo sinaliza que “*(...) professora (regente) Português, Matemática, História, Geografia, ótima; Artes fácil, professora boa; Educação Física professor melhorar a metodologia*”.

A intérprete que ajudou na realização da entrevista explicou que o aluno Marcos quis dizer que, com a professora regente, ele tem mais afinidade e que os professores de Artes e Educação Física são bons também. Já o Paulo disse que a professora regente é ótima, em Artes o conteúdo é fácil e a professora é boa, mas em Educação Física o professor precisa melhorar a metodologia.

Para finalizar foi questionado: Por que você está estudando? O que você espera deste curso e até que nível você pretende estudar? Os dois alunos responderam que é para reduzir o tempo de escolaridade, melhorar a qualidade de vida e poder dar continuidade aos estudos. O Marcos afirma que tem vontade de fazer faculdade de Artes Cênicas, pois “*gosto muito de teatro*”. Já o Paulo pensa em fazer Pedagogia, pois gosta muito de crianças.

Ao analisar as respostas dos dois alunos, observa-se que eles demonstram estar satisfeitos com a inclusão escolar oportunizada no município, até porque a experiência em Naviraí está sendo melhor do que no município onde viviam anteriormente. Ao serem questionados sobre se seria melhor estudar em uma sala só com surdos, eles acreditam que não, porém não tiveram a vivência de estudar em uma sala exclusiva para surdos.

Analisando criticamente, o aluno adulto vai à escola com o objetivo de aprender. Trata-se de pessoa que já chega cansada à escola, depois de um longo dia de trabalho. Assim, a didática do professor da EJA deve ser diferente, para atender aos objetivos dos alunos, sob pena de a aula se tornar improdutiva.

É importante destacar a dificuldade que surgiu em pesquisar o aluno surdo, pois, mesmo a entrevista sendo filmada, realizar os diálogos não teria

sido possível sem a ajuda da intérprete que mediou a comunicação entre a pesquisadora e os alunos com surdez. Constatou-se, porém, que a filmagem os deixou constrangidos, limitando suas respostas frente à câmera.

Apesar dessas circunstâncias limitantes, os dados obtidos permitem perceber que é um desafio, para esses professores pesquisados, realizarem um excelente trabalho com esses alunos, pois os docentes não têm uma formação específica em Libras. Sendo assim, a comunicação fica bastante limitada, justamente devido a essa falta de conhecimento. Então cabe ao intérprete fazer todo o papel de mediador entre a comunicação professor/aluno e a aprendizagem.

Considerações Finais

Após leituras e pesquisas sobre a inclusão do aluno surdo no município, foi possível compreender que a inclusão escolar está em um processo de desenvolvimento. Primeiramente, com base na literatura específica sobre essa temática, observa-se que, com o passar do tempo, surgiram leis para desencadear melhorias na qualidade de vida das pessoas com deficiência, inclusive das pessoas com surdez. Além disso, são leis que abrem instruções mais específicas aos docentes que precisam lidar com esses alunos.

Após a observação nesta turma, percebeu-se, porém, que as dificuldades dos professores em trabalharem com esses alunos são muitas e variadas, isso devido à complexidade existente em algumas salas de aula. Ainda assim, contudo, os profissionais são otimistas e evidenciam que sempre buscam alguma melhoria.

Na entrevista com a professora regente prevaleceu a informação de que a inclusão escolar está longe do imaginado pela legislação para uma educação inclusiva de qualidade, até mesmo pela diversidade de faixas etárias e de deficiências de alunos em algumas turmas de EJA. Assim, percebe-se a dificuldade do profissional docente ao atuar com um público tão heterogêneo. No caso específico, porém, talvez pelo fato de já ter tido outras experiências no

trabalho de inclusão de alunos surdos, a professora disse ter conseguido cativar os alunos, fazendo com que eles aprendam – informação confirmada pelos demais sujeitos da pesquisa.

Na entrevista com o intérprete foi possível perceber que a inclusão escolar apresenta muitas dificuldades, especialmente devido à falta de estrutura das escolas, que deveriam ter tecnologias mais adequadas à variedade das disciplinas escolares. Mas também esse profissional demonstrou ter-se interessado em sempre buscar melhorar as suas práticas para melhor contribuir com a aprendizagem dos alunos.

Na entrevista com os alunos surdos, considera-se que foi relevante analisar o ponto de vista deles, pois, na maioria das vezes, tanto em planejamentos quanto em pesquisas, os alunos surdos não são ouvidos. Quem responde e até decide por eles são as pessoas ouvintes. Talvez isso ocorra pela dificuldade de realizar pesquisas ou consultas com esse público, o que não justifica o fato de esses alunos não serem ouvidos. Por meio das respostas de Paulo e de Marcos observou-se que os alunos surdos estão satisfeitos com a inclusão escolar no município de Naviraí, tendo eles destacado a importância de aprender e também de conviver com os outros alunos. Eles dizem que acreditam que está sendo muito válida a experiência.

Após a realização da pesquisa, constatou-se que a inclusão escolar está ocorrendo de maneira positiva e, apesar da complexidade da constituição da turma, os professores têm procurado desenvolver um trabalho que favoreça a aprendizagem de todos os alunos. Quanto aos alunos surdos, notou-se que, embora existindo diversas dificuldades, eles estão conseguindo aprender e ainda estão tendo a oportunidade de interagir com os professores e demais colegas de turma, contribuindo, assim, para o processo de inclusão social.

Referências

- BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- BRASIL. DECRETO PRESIDENCIAL Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- BRASIL. *Ensaio pedagógicos - construindo escolas inclusivas*: 1. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.
- BRASIL. LEI Nº 10.379, de 10 de Janeiro de 1991. Disponível em: <<http://www.mp.mg.gov.br/portal/public/interno/arquivo/id/7746>>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- BRASIL. LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- BRASIL. MEC. *DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2012.
- BRASIL. MEC. *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC/SEESP, 2004. 94 p.*
- BRASIL. MEC. *Subsídios para Organização e Funcionamento de Serviços de Educação Especial - Área da Deficiência Auditiva. Secretaria de Educação Especial – Série. Diretrizes 6 - Brasília: MEC/SEESP, 1995.*
- BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. (MEC-SEESP, 1998). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2012.
- DAMÁZIO, M. F. M. *Atendimento educacional especializado. Pessoa com surdez*. SEESP / SEED / MEC. Brasília/DF – 2007.
- DORZIAT, A.; FIGUEIREDO, M. J. F. *Problematizando o ensino de língua portuguesa na educação de surdos*. Disponível em: <http://www.salesianolins.br/areaacademica/materiais/posgraduacao/Educacao_Especial_Inclusiva/Topicos_Especiais/Texto%20%20-%20Ensino%20da%20L%EDnqua%20Portuguesa%20para%20Surdos%20-%20Lins.pdf>. Acesso em: 20 set. 2013.
- GESSER, A. *LIBRAS? Que Língua é essa?: crenças e preconceito em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

- LACERDA, C. B. F. de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. Caderno Cedes, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.uni-camp.br>>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. 1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2011.
- QUILLES, R. E. S. Estudo de Libras: disciplina. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2010. 124 p.
- RODRIGUES, Z. F. F. História da educação do surdo. Disponível em: <http://www.feneis.com.br/page/noticias_detalhe.asp?categ=1&cod=621>. Acesso em: 26 jul. 2012.
- SILVESTRE, N. Educação e aquisição da linguagem oral por parte de alunos surdos. In: SOUZA, R. M. de; SILVESTRE, N.; ARANTES, V. A. Educação de surdos: pontos e contrapontos. 3 ed. São Paulo: Summus, 2007.
- STRIEDER, R.; ZIMMERMANN, R. L. G. A inclusão escolar e os desafios da aprendizagem. Disponível em: <http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq10/10_a_inclusao_cp10.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2013.
- WERNECK, V. R. Sobre o processo de construção do conhecimento: o papel do ensino e da pesquisa. Revista Ensaio - Avaliação de políticas públicas em Educação. Rio de Janeiro, v. 14, n. 51, p. 173-196, abr./jun. 2006.

Identificação das Autoras



JOSIANE PERES GONÇALVES

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestre em Psicologia Social e da Personalidade pela mesma instituição. Professora Ajunta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Naviraí (UFMS/CPNV). Líder do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento, Gênero e Educação (GEPDGE).
E-mail: josianeperes7@hotmail.com



THAÍS MAYARA SOARES GUIZOLFI DE OLIVEIRA
Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica. Graduada em Pedagogia pela UFMS/CPNV. Professora de Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Naviraí / MS e Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.
E-mail: thais_mayara_ms@hotmail.com